

# Brasília-DF



**DENISE ROTHENBURG**  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Junção de interesses

Desde a época da Operação Lava-Jato que deputados e senadores planejam regulamentar operações da Polícia Federal (PF) sobre parlamentares. Agora, com as últimas ações de busca e apreensão nos gabinetes de Alexandre Ramagem e Carlos Jordy, ambos do PL do Rio de Janeiro, a avaliação é a de que os anti-lavajatistas vão se juntar aos bolsonaristas para discutir e tentar aprovar a proposta de emenda constitucional do deputado Rodrigo Valadares (União Brasil-SE).

## Vetos em debate

Deputados de oposição e do Centrão fizeram diversas reuniões este ano, no sentido de traçar estratégias para a derrubada de vetos relativos ao Orçamento. O dia que entrar em pauta, esses vetos caem.

## Dividir para reinar

Os petistas acompanharão a disputa para o comando da Câmara de olho em 2026. É que tem muita gente no partido de Lula convencida de que se conseguir dividir o Centrão agora, será bem possível angariar parte dele para apoiar a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no futuro.

## Prioridade

De todos os movimentos, porém, o que mais interessa hoje ao PT é não dividir a esquerda. Por isso, embora haja uma divisão em São Paulo, com as candidaturas de Guilherme Boulos (PSol) e Tabata Amaral (PSB), a ideia é evitar que isso se repita país a fora nas eleições municipais, de forma a construir pontes para a união mais à frente.

## Difícil escolher

Com a posse marcada para quinta-feira, o novo ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, ainda não conseguiu fechar toda a equipe. A maior dúvida é a Secretaria Nacional de Justiça, onde a tendência do novo ministro é nomear uma mulher.

# Vai ter disputa

Por mais que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tente evitar a antecipação da própria sucessão, os diversos atores não vão esperar que ele encampe uma candidatura. Todos estão em campo, em conversas e reuniões para traçar estratégias. Os deputados Antonio Brito (BA), do PSD; Elmar Nascimento (BA), do União Brasil; e Marcos Pereira (SP), do Republicanos, querem sedimentar a largada neste primeiro semestre, antes da eleição municipal. E nenhum deles vai deixar toda essa articulação nas mãos do presidente da Câmara.

Com pelo menos esses três nomes na roda, o risco de Lira escolher um candidato e terminar levando um “caixote” da onda é forte. O governo também não tem maioria para comandar esse processo. Por isso, nem o atual presidente da Câmara e nem o governo podem deter essa pré-campanha. O jeito é deixar caminhar e ter todo cuidado para não perder o controle total do processo.

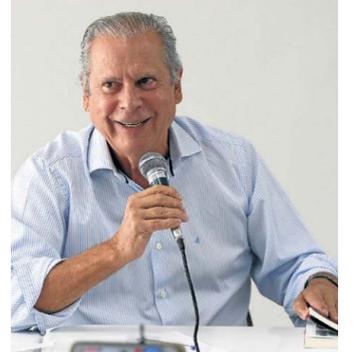


## CURTIDAS

**Estão em festa/** O grupo Prerrogativas, que reúne advogados de esquerda e engajados em movimentos sociais, estará em peso na posse do ministro Ricardo Lewandowski no Ministério da Justiça. Um sinal de prestígio e apreço à nova equipe da pasta.

**Por falar no Prerrô.../** Conforme a coluna noticiou, o Prerrogativas pediu a publicação do rol de pessoas monitoradas pela “Abin paralela” do governo Bolsonaro. Há notícias de que nessa lista está o advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, que tem como clientes muitos políticos de centro.

Lula Marques/Liderança PT



**A trava de Zema/** Em entrevista à CNN, o ex-ministro José Dirceu (foto) levantou dúvidas sobre uma possível candidatura de Romeu Zema à Presidência da República. O governador de Minas Gerais é de um partido pequeno e não tem um lastro político forte fora do estado.

**Eles e ela/** Dirceu acredita que há nomes na fila, caso do governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), e do governador do Paraná, Ratinho Júnior (PSD). Ele também não “subestima” o nome de Michelle Bolsonaro (PL).

## ELEIÇÕES

# TSE põe no radar restrições à IA

Tribunal discute a definição de regras para que a inteligência artificial não seja mal utilizada nos pleitos municipais

» LUANA PATRIOLINO

Para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o inimigo agora é outro — mas que serve ao mesmo propósito de disseminar mentiras e desinformações. Preocupado com o uso malicioso da inteligência artificial (IA) já no pleito municipal de outubro, a Corte iniciou uma série de audiências públicas para discutir quais regras serão aplicadas. Especialistas ouvidos pelo **Correio** destacam que a falta de regulamentação é uma ameaça não apenas à votação, mas, sobretudo, à democracia — sobretudo depois da tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023. E que a Corte deve acelerar o processo de tomada de solução sobre o tema, uma vez que as ferramentas de IA estão disponíveis, são atualizadas permanentemente e quem as utiliza maliciosamente apenas aguarda o momento para atacar.

“A inteligência artificial tem o imenso potencial de amplificar as fake news, pois os mecanismos utilizados, como a criação de vídeos, manipulação de imagens e textos, induzem o eleitor à crença de que tudo aquilo ali é verdadeiro e existe”, advertiu a advogada Izabelle Paes Omena de Oliveira Lima, fundadora do Instituto de Direito Político e Eleitoral (IDPE).

Marcelo Senise, idealizador do Instituto Brasileiro para a Regulamentação da Inteligência Artificial, explica que as IA e as fake news estão ligadas, mas são distintas. “Enquanto as fake news se referem à disseminação deliberada de informações falsas, a IA pode ser usada para criar e espalhar conteúdo enganoso de maneira mais rápida e personalizada. Pode gerar notícias falsas convincentes e adaptar estratégias de desinformação com base nas

reações dos eleitores”, alertou.

Senise também chama a atenção, principalmente, para a capacidade das novas tecnologias para produzir vídeos com imagens e sons falsos — os *deep fakes*. “O TSE tem de investir em tecnologias de detecção de *deep fakes* e algoritmos de IA que identifiquem padrões suspeitos de disseminação de desinformação. Além disso, é crucial promover a conscientização pública”, ressaltou.

## Punição

Entre as propostas recebidas pelo TSE para evitar que a IA domine o debate eleitoral, se destaca a de estabelecer uma punição para o partido ou o candidato que utilizá-la fraudulentamente. Também propuseram à Corte que se estabeleça a obrigatoriedade, ao político que disputa a eleição, de divulgar explicitamente que ele utiliza a inteligência artificial na campanha. Ao candidato também deveria ser imposto anunciar que um conteúdo foi fabricado ou manipulado — e apontar a tecnologia empregada.

Na avaliação da advogada Carolina Giovanini, especialista em IA, a melhor maneira de minimizar as fraudes nas eleições é manter o diálogo com as plataformas digitais. “Ao invés de adotar estratégias de proibição, é necessário explorar alternativas mais equilibradas. É importante considerar que a IA tem o potencial de trazer inovações positivas para a transparência eleitoral, facilitando processos, aprimorando análises de dados e, até mesmo, fornecendo ferramentas eficazes para a detecção de desinformação. Proibi-la seria privar a sociedade de avanços que podem trazer benefícios”, observou.

Alejandro Zambrana/Secom/TSE



Cármén Lúcia (com o ministro aposentado Ayres Brito) em audiência pública. TSE cobrará ajuda das plataformas

# Para especialistas, diálogo é melhor saída

A ministra Cármén Lúcia, vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e que vai comandá-lo durante a campanha eleitoral deste ano, pretende contar com a colaboração das big techs no controle e regulamentação do uso de inteligência artificial, em outubro. Isso porque uma das sugestões feitas à Corte é que as empresas que administram as plataformas de internet sejam responsabilizadas em caso de disseminação de mentiras e desinformações por meio de IA.

As empresas tentam evitar

responder criminalmente por conteúdos impulsionados com postagens desinformando sobre o processo eleitoral. As alterações ao texto apresentado pelo tribunal foram defendidas por representantes do Facebook, Google e YouTube, na audiência pública da semana passada, e ainda vão passar por análise do TSE.

Uma das sugestões apresentadas pelo Facebook envolve a singularidade de impulso de postagens 48 horas antes e até 24 horas depois da eleição. A plataforma defende que a responsabilidade

de verificar o cumprimento desse prazo seja apenas do anunciante — ou seja, de candidatos, partidos, coligações ou federações.

## Parcerias

Para o especialista em privacidade e proteção de dados Guilherme Braguim, a melhor saída para o TSE é manter parcerias com as big techs — tal como aconteceu nas eleições de 2022. “Vale manter um diálogo aberto e constante com as redes sociais, principais propagadores deste tipo de



**Vale manter um diálogo aberto e constante com as redes sociais para que haja um controle rápido e adequado do tema. E que sejam elaboradas medidas educativas para a população identificar o conteúdo, saber quais fontes de material são confiáveis e como averiguar a veracidade de uma mensagem”**

**Guilherme Braguim,** especialista em privacidade e proteção de dados

conteúdo, para que haja um controle rápido e adequado do tema. E que sejam elaboradas medidas educativas para a população identificar o conteúdo, saber quais fontes de material são confiáveis e como averiguar a veracidade de uma mensagem”, observou.

Segundo Marcelo Senise, do Instituto Brasileiro para a Regulamentação da Inteligência Artificial, “o diálogo contínuo entre especialistas em tecnologia, sociólogos, e legisladores é essencial para encontrar soluções equilibradas e sustentáveis”. (LP)